

# Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Demonstrações contábeis acompanhadas do  
relatório do auditor independente em  
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 264N6-040-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em <b>31</b> de dezembro de <b>2025</b>	13

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton**  
**Auditoria e Consultoria Ltda.**  
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Diretores e Conselheiros da  
**Ação Comunitária do Brasil - Vocação**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ação Comunitária do Brasil - Vocação (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ação Comunitária do Brasil - Vocação em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, considerando a interpretação técnica aplicável às entidades em finalidade de lucros.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social em andamento

Chamamos atenção à Nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a qual descreve que a Entidade é declarada de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social (CEBAS). De acordo com a Lei Complementar nº 187/2021, com o Decreto nº 8.242/2014 e com a Resolução nº 33/12 do CNAS, a certificação constitui requisito para a fruição das imunidades e isenções das contribuições sociais aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros. O certificado anteriormente concedido à Entidade estava válido até 31 de dezembro de 2024 e, conforme descrito na referida nota explicativa, a Entidade cumpriu o requisito legal de apresentar tempestivamente o pedido de renovação do CEBAS, o qual encontra-se em análise pelo órgão competente, permanecendo o certificado atual válido até a decisão do respectivo processo administrativo. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, considerando a interpretação técnica aplicável às entidades em finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

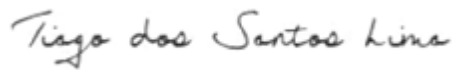
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0



Tiago dos Santos Lima  
Contador CRC 1SP-268.549/O-6

# Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.645	3.642
Recursos vinculados a projetos	5	2.946	3.679
Contas a receber	6	3.465	3.555
Estoques	-	307	261
Outras contas a receber	7	3.039	2.016
Despesas antecipadas	-	397	333
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.799</b>	<b>13.486</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Precatório	8	160	160
Imobilizado	9	3.332	3.021
Intangível	10	194	102
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.686</b>	<b>3.283</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>18.485</b>	<b>16.769</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	11	623	518
Férias e encargos a pagar	12	1.434	1.170
Impostos a recolher	-	4	4
Recursos vinculados a projetos	5	2.946	3.679
Outras contas a pagar	-	738	582
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.745</b>	<b>5.953</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	13	10.816	9.891
Superávit acumulado	13	1.924	925
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>12.740</b>	<b>10.816</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>18.485</b>	<b>16.769</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Demonstrações do resultado abrangente  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Superávit do exercício</b>	<b>1.924</b>	<b>925</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Superávit do exercício</b>	<b>1.924</b>	<b>925</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Demonstrações do resultado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Receitas operacionais</b>			
<b>Com restrições</b>			
Subvenções e convênios	15	4.752	3.238
<b>Total receitas operacionais com restrição</b>		<b>4.752</b>	<b>3.238</b>
<b>Sem restrições</b>			
Receitas institucionais	16	7.527	7.311
Receita com aprendizagem e estágio	17	12.386	6.866
Venda de brindes corporativos	18	10.886	11.985
Gratuidades recebidas e voluntariado	21	45	50
<b>Total receitas operacionais sem restrição</b>		<b>30.844</b>	<b>26.212</b>
<b>Total das receitas operacionais</b>		<b>35.596</b>	<b>29.450</b>
<b>Custo e despesas com a geração de recursos</b>			
Custo dos brindes vendidos	18a)	(6.059)	(6.774)
Despesas com a venda dos brindes corporativos	18b)	(3.277)	(3.301)
Despesas com nota fiscal paulista	18c)	(1.570)	(1.489)
Custo do bazar solidário	18d)	(743)	(713)
<b>Total custo e despesas com a geração de recursos</b>		<b>(11.649)</b>	<b>(12.277)</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
<b>Com restrições</b>			
Assistência social	19a)	(4.752)	(3.238)
<b>Total custos com restrições</b>		<b>(4.752)</b>	<b>(3.238)</b>
<b>Sem restrições</b>			
Assistência social	19b)	(13.101)	(9.226)
Despesas administrativas e gerais	19c)	(2.265)	(2.042)
Despesas com mobilização de recursos	19d)	(1.882)	(1.565)
Depreciação e amortização	9 e 10	(459)	(408)
Gratuidades recebidas e voluntariado	21	(45)	(50)
<b>Total custos sem restrições</b>		<b>(17.752)</b>	<b>(13.291)</b>
<b>Total dos custos e despesas operacionais</b>		<b>(34.153)</b>	<b>(28.806)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>1.443</b>	<b>644</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receitas financeiras	-	599	408
Despesas financeiras	-	(118)	(127)
<b>Total resultado financeiro, líquido</b>		<b>481</b>	<b>281</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>1.924</b>	<b>925</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8.588</b>	<b>1.303</b>	<b>9.891</b>
Incorporação do superávit do exercício anterior	1.303	(1.303)	-
Superávit do exercício	-	925	925
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>9.891</b>	<b>925</b>	<b>10.816</b>
Incorporação do superávit do exercício anterior	925	(925)	-
Superávit do exercício	-	1.924	1.924
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>10.816</b>	<b>1.924</b>	<b>12.740</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Demonstração dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Superávit do exercício</b>		<b>1.924</b>	<b>925</b>
<b>Ajustes para conciliar o superávit às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	9 e 10	459	408
Doações em ativo imobilizado	24	(246)	-
		<b>2.137</b>	<b>1.333</b>
<b>(Aumento) redução das contas do ativo</b>			
Recursos vinculados a projetos	-	733	(1.752)
Contas a receber	-	91	(1.203)
Estoques	-	(46)	(59)
Outras contas a receber	-	(1.023)	(125)
Despesas antecipadas	-	(64)	(68)
	-	-	-
<b>Aumento (redução) das contas do passivos</b>			
Fornecedores	-	105	(92)
Férias e encargos a pagar	-	264	(146)
Recursos vinculados a projetos	-	(733)	1.752
Outras contas a pagar	-	156	405
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>1.619</b>	<b>45</b>
<b>Das atividades de investimentos</b>			
Aquisições imobilizado	9	(524)	(523)
Aquisições intangível	10	(92)	(97)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividade de investimento</b>		<b>(616)</b>	<b>(620)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.003</b>	<b>(575)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	4	3.642	4.217
No final do exercício	4	4.645	3.642
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.003</b>	<b>(575)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Ação Comunitária do Brasil – Vocação (“Entidade” ou “Vocação”), foi constituída em 1967, com sede em São Paulo – Capital na rua Amacás, nº 243 - Campo Limpo, CEP 05792-030.

A Entidade é de direito privado, beneficente, sem finalidade de lucros, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação à raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza. Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas socioeducativos, socioassistenciais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, conforme a legislação em vigor. Dedicar-se também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural, bem como a prestação de serviços a órgãos públicos, a instituições voltadas para o combate das desigualdades social e às Entidades privadas.

Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades. É reconhecida como entidade de utilidade pública, estadual e municipal.

### 1.1. Projetos geridos pela Entidade

A Entidade promove a inclusão e proteção social assegurando por meio de seus programas, projetos e serviços socioassistenciais, na perspectiva da autonomia, defesa e garantia de direitos, solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Nossos serviços são operacionalizados de forma permanente, continuada e planejada, orientados pelo princípio de igualdade de direitos no acesso sem discriminação de qualquer natureza, sem nenhum tipo de cobrança nas ações ofertadas e com a mobilização e garantia de processos participativos dos usuários.

Os serviços, programas e projetos conforme disposto na tipificação nacional de serviços socioassistenciais - resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS 109/2009, são executados na proteção social básica por meio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e programas para integração ao mundo do trabalho.

Já as ações de assessoramento, balizadas na resolução CNAS nº 27/2011, são realizadas às organizações da sociedade civil e às equipes multidisciplinares dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Trata-se de assessoramento técnico, político e financeiro.

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Entidade executou os projetos relacionados a seguir:

- **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 06 a 14 anos** - trata-se de espaço de convivência, que desenvolve o protagonismo e a autonomia das crianças e adolescentes a partir dos interesses, demanda e potencialidades deles próprios. As ações são lúdicas, culturais e esportivas garantindo a sociabilidade, interação, sociabilidade e aprendizagem conforme preconizado na resolução CNAS nº 109/2009;
- **Inserção de Jovens ao Mundo do Trabalho** - oferece capacitação profissional visando criar melhores oportunidades de integração dos jovens ao mundo do trabalho. A metodologia visa orientar a obtenção do primeiro emprego, por meio do uso das novas tecnologias para a promoção da aprendizagem (games, apps e plataformas digitais). Todas as ações convergem para tornar os jovens mais preparados para a vida; com mais autonomia, conhecimento e experiência para impactar a sociedade de forma positiva;
- **Programa de aprendizagem e estágio** - voltado para a inserção de jovens, em situação de vulnerabilidade social ao mundo do trabalho;
- **Assessoramento político e técnico** - Assessoramento técnico e político oferecido pela Entidade objetiva principalmente capacitar as organizações da sociedade civil voltadas para a aquisição de conhecimentos, habilidades e desenvolvimento de potencialidades que contribuam para o alcance da autonomia pessoal e social dos usuários da assistência social e facilitem a sua convivência familiar e comunitária;

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- **Assessoramento administrativo financeiro** – tem como objetivo de fomentar e apoiar projetos de inclusão social, com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, a Entidade, ofereceu durante 2024, o assessoramento financeiro às organizações da sociedade civil. Por meio desta ação, efetuamos repasses financeiros permanentes e planejados às organizações, custeando recursos humanos, materiais pedagógicos, alimentação, ajuda de custo para transporte, e entre outros.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria geral da Entidade autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 24 de abril de 2026.

### 2.1. Declaração de conformidade e continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na continuidade operacional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa (CPC PME), incluindo as normas específicas para Entidades sem fins lucrativos a ITG 2002(R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros.

Ao avaliar a perspectiva de continuidade a administração declara não haver risco operacional e nem intenção declarada para encerramento das atividades.

Mais detalhes sobre as políticas da Entidade são apresentados na Nota Explicativa nº 3 - Políticas contábeis materiais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa, requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a) Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

#### b) Incertezas sobre estimativas e premissas

As informações sobre estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 – Contas a receber** – Provisão para créditos de liquidação duvidosa - mensuração de perda de crédito para contas a receber: principais premissas na determinação dos critérios para definição da provisão;
- **Nota Explicativa nº 9 e 10 – Imobilizado e intangível** – Revisão da vida útil dos ativo.

A Administração da Entidade não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**(i) Mensuração a valor justo**

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração e divulgação. Os valores justos de ativos e passivos são equivalentes aos valores contábeis apresentados, conseqüentemente, não foram requeridos ajustes.

**(ii) Mensuração de itens do ativo imobilizado:**

A mensuração de itens do ativo imobilizado se dá inicialmente com base no custo (preço de compra, adicionados dos gastos de importação e tributos não recuperáveis), adicionado aos gastos relacionados à colocação do item em funcionamento, estimativa de desmontagem e remoção do bem em caso de mudança de local e/ou substituição dele.

### **3. Políticas contábeis materiais**

A Entidade aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente para o exercício corrente e comparativo, apresentados nestas demonstrações contábeis.

**a) Instrumentos financeiros**

A Entidade na elaboração das suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa (CPC PME (R1)), aplicou integralmente a seção 11, para definir os aspectos de reconhecimento, reversão, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros básicos. Por não possuir instrumentos financeiros complexos, a seção 12 não é aplicável.

Instrumentos financeiros básicos ativos incluem: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos, contas a receber, outros contas a receber, e instrumentos financeiros básicos passivos incluem: fornecedores, outras contas a pagar, e recursos vinculados a projetos.

Instrumentos financeiros básicos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Se um ativo ou passivo financeiro atender ao conceito de transação financeira, nos termos da seção 11 do CPC PME, é avaliado com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

A Entidade reconhece os instrumentos financeiros básicos na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**b) Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição**

Referem-se a recursos mantidos em fundo fixo de caixa e em contas-correntes bancárias, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, não há nenhuma restrição ou direcionamento quanto a utilização, deverão ser utilizados para manutenção das atividades da Entidade.

### **c) Recursos vinculados a projetos**

A Entidade mantém neste saldo os recursos recebidos através da Lei Rouanet, Condeca (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente) e Fumcad (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), que ainda não foram aplicados nos projetos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos no ativo e em contrapartida o crédito de projetos vinculados a executar no passivo. Os montantes são classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução dos projetos, são classificados no ativo ou passivo não circulante, os montantes com previsão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data-base do encerramento do exercício social.

### **d) Contas a receber**

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se às vendas de produtos e serviços. A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração, considerando a análise histórica do recebimento, análises qualitativas e quantitativas, as quais consideram ainda títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber.

### **e) Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, baseado no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes.

Os estoques compreendem os brindes não vendidos até o término do exercício e outros materiais.

### **f) Imobilizado**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os terrenos são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição e não são depreciados, por não possuírem vida útil definida.

Os gastos incorridos com reformas, ampliações e benfeitorias em andamento são registrados no subgrupo "Reformas em andamento" do ativo imobilizado enquanto os respectivos ativos não estiverem prontos e disponíveis para uso.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

#### **(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os ativos classificados como reformas em andamento não são depreciados durante a fase de execução. A depreciação tem início somente após a conclusão das obras e a efetiva disponibilização dos bens para uso, quando os valores acumulados são reclassificados para o grupo apropriado do ativo imobilizado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil	(%) Taxas anuais de depreciação
Computadores e periféricos	5 anos	20%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Edifícios	32 a 59 anos	1,5%

**g) Intangíveis**

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

**h) Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

**i) Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

**j) Demais passivos circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

**k) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**l) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

**m) Patrimônio social**

O patrimônio social da Entidade é constituído pela dotação inicial de bens e direitos, compreendendo bens móveis e imóveis, títulos, rendas, valores e demais direitos, acrescido ou diminuído pelos superávits ou déficits apurados em cada exercício social, em conformidade com a ITG 2002 (RI) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Os superávits apurados são integralmente destinados à manutenção, expansão e melhoria das atividades institucionais da Entidade, não sendo distribuídos, sob qualquer forma ou título, a dirigentes, associados, conselheiros ou terceiros, em observância ao seu estatuto social e à legislação aplicável às entidades sem fins lucrativos.

Após a aprovação das demonstrações contábeis pelos órgãos de governança competentes, o resultado do exercício é transferido para a conta de patrimônio social, passando a compor a base patrimonial da Entidade.

## **n) Receita operacional**

A receita operacional é reconhecida em conformidade com o CPC PME (R1) – Seção 23 – Receita, quando atendidos, de forma cumulativa, os seguintes quatro critérios estabelecidos pela norma: **(i)** seja provável que os benefícios econômico-financeiros associados à transação fluirão para a Entidade; **(ii)** o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável; **(iii)** seja provável que os custos incorridos ou a incorrer, relacionados à transação, possam ser mensurados de forma confiável; e **(iv)** a entidade tenha transferido ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ou tenha concluído a prestação dos serviços, não mantendo envolvimento continuado na gestão ou controle dos bens ou serviços prestados.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, abatimentos, descontos comerciais e bonificações.

### **Receita operacional - com restrição:**

- **Subvenções e assistência governamentais** - a receita obtida por meio da celebração e a execução de convênios e parcerias entre entidades governamentais e a Entidade, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento ao CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (R1), Seção 24 – Subvenção Governamental.

Incluem-se nessa categoria os recursos oriundos de leis de incentivo fiscal, tais como o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) e a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet – PRONAC).

Essas receitas são apropriadas ao resultado na medida em que as atividades e ações previstas nos respectivos planos de trabalho são executadas, observando-se o princípio da competência, sendo os custos e despesas correlatos reconhecidos no mesmo período. Enquanto não aplicados, os recursos permanecem registrados no passivo como obrigações vinculadas a projetos.

- **Doações e contribuições com restrição de uso** – Compreendem as doações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas com destinação específica definida pelo doador ou pelo instrumento de recebimento, vinculadas à execução de projetos, programas ou ações determinadas. Essas receitas são reconhecidas no resultado de acordo com o consumo ou aplicação dos recursos nas finalidades a que se destinam, observando-se o regime de competência e as diretrizes da ITG 2002 (R1).

### **Receita operacional - sem restrição:**

- **Venda de produtos ou serviços** – Compreendem as receitas oriundas da comercialização de produtos, da prestação de serviços socioeducativos, de formação profissional, aprendizagem, estágio e demais atividades desenvolvidas no curso normal das operações da Entidade. Essas receitas são reconhecidas quando da entrega dos bens ou da efetiva prestação dos serviços, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.
- **Doações e contribuições** – A Entidade recebe doações para financiar as suas atividades operacionais, tais doações podem ser sem destinação específicas por parte do doador. Em função da impossibilidade de prever com confiabilidade os valores e os períodos de recebimento, tais receitas são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, em observância à ITG 2002 (R1).
- **Receitas com gratuidades recebidas** – As receitas com gratuidades recebidas são reconhecidas no resultado do período como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao ITG 2002 (R1), item 19.
- **Receitas com programa nota fiscal paulista** - Receitas provenientes de doações decorrentes de créditos oriundos da nota fiscal paulista (ICMS) que são transferidos para o CNPJ da Entidade, por meio do cadastro no sistema, e são creditados diretamente na conta corrente da Entidade no programa da nota fiscal paulista. Os créditos das notas fiscais e os ganhos oriundos dos sorteios feitos pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

### **o) Resultado financeiro, líquido**

O resultado financeiro, líquido, da Entidade compreende os rendimentos auferidos com aplicações financeiras, bem como as receitas e despesas de juros e as despesas bancárias incorridas no curso normal de suas operações.

As receitas financeiras referem-se, principalmente, aos rendimentos obtidos sobre aplicações financeiras de recursos próprios e de recursos vinculados a projetos, quando aplicáveis. As despesas financeiras incluem encargos decorrentes de operações financeiras, tarifas e serviços bancários.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado do exercício pelo método dos juros efetivos, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

### **p) Gratuidades concedidas**

Considerando que a Entidade é uma organização sem fins lucrativos, de natureza beneficente de assistência social, devidamente reconhecida como de utilidade pública, parcela relevante de suas atividades e despesas operacionais refere-se à concessão de gratuidades a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, em situação de vulnerabilidade social, no âmbito de seus programas e projetos institucionais.

As gratuidades concedidas correspondem aos benefícios oferecidos sem contraprestação financeira direta dos usuários, incluindo serviços socioassistenciais, socioeducativos, educativos, culturais, de orientação e de apoio psicossocial, os quais estão diretamente relacionados ao cumprimento da missão institucional da Entidade.

O valor das gratuidades concedidas é apurado com base nos custos e despesas incorridos na execução dessas atividades, reconhecidos de acordo com o regime de competência, em observância à ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, e encontra-se devidamente evidenciado na Nota Explicativa no 21, que apresenta o detalhamento quantitativo e financeiro correspondente.

### **q) Novas normas, alterações e interpretações**

A Entidade elabora suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (CPC PME). Dessa forma, as alterações recentes e futuras relacionadas às normas completas do IFRS e CPCs plenos não se aplicam à Entidade e, portanto, não geram impacto ou necessidade de divulgação.

Não há novas normas ou alterações relevantes aplicáveis ao CPC PME que tenham entrado em vigor em 2025 ou que entrem em vigor nos próximos exercícios que possam impactar as demonstrações contábeis da Entidade.

### **Reforma tributária**

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional n° 132, que alterou o Sistema Tributário Nacional, com base na Proposta de Emenda à Constituição no 45/2019 aprovada pelo Congresso Nacional, instituindo uma ampla reforma na tributação sobre o consumo, com o objetivo de simplificar o sistema tributário brasileiro.

A reforma prevê a substituição de cinco tributos incidentes sobre o consumo como: ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins. Por um modelo de tributação dual, composto por: (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente; e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Adicionalmente, a Emenda Constitucional prevê a criação de mecanismos de compensação de incentivos fiscais, fundos de desenvolvimento regional e medidas voltadas à mitigação de desigualdades econômicas entre os entes federativos, bem como alterações na tributação patrimonial, incluindo a redefinição da competência para regulamentação do ITCMD e a ampliação da incidência do IPVA para veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar n° 68/2024, regulamentando aspectos operacionais da reforma sobre o consumo e estabelecendo diretrizes para a transição do sistema atual para o novo modelo. O período de transição será gradual, com início previsto a partir de 2026, quando a CBS e o IBS passarão a ser cobrados em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, coexistindo temporariamente com os tributos atuais. A substituição integral do sistema vigente está prevista até 2033.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando a natureza da Entidade como pessoa jurídica de direito privado, classificada como associação civil, sem fins lucrativos e sem fins econômicos, com atuação preponderante na área da assistência social, avaliamos que, até a data-base, não é possível mensurar de forma confiável os impactos da reforma tributária sobre nossas operações. Em especial, não houve, até o momento, julgamento, modulação ou regulamentação definitiva que trate de regimes diferenciados, imunidades, isenções ou tratamentos específicos aplicáveis às entidades beneficentes da assistência social. Permanecemos acompanhando a evolução da regulamentação infraconstitucional (leis complementares, decretos e normas acessórias) e atualizaremos nossas avaliações e divulgações à medida que novos atos normativos forem editados e houver evidência suficiente de seus efeitos nas demonstrações contábeis.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	6	8
Bancos conta movimento	278	367
Aplicações financeiras sem restrição (a)	4.361	3.267
<b>Total</b>	<b>4.645</b>	<b>3.642</b>

(a) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados, com liquidez diária, remuneradas a taxa de 103% a.m. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (retorno médio de 92% a.m. do CDI em 2024).

### 5. Recursos vinculados a projetos

	2025	2024
Bancos - conta corrente	136	4
Aplicações financeiras	2.810	3.670
Projetos a receber	-	5
<b>Total</b>	<b>2.946</b>	<b>3.679</b>

Os recursos vinculados a projetos representam os saldos de recursos recebidos que serão utilizados exclusivamente em contrato de gestão de projetos de leis de incentivo. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não aplicados. Todo o rendimento financeiro pode ser revertido para aplicação nas atividades ou devolvido como saldo remanescente no final do projeto. Os rendimentos pós-fixados, remuneradas a taxa de 90% a.m. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez diária (retorno médio de 68% a.m. do CDI em 2024).

Os recursos geridos por meio dos recursos vinculados a projetos, quando do recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos no ativo e em contrapartida o crédito de projetos vinculados a executar no passivo, e classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução dos projetos, são classificados no ativo ou passivo não circulante, os montantes com previsão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data-base do encerramento do exercício social.

#### Lei Rouanet

A Lei Rouanet é uma lei federal de incentivo à cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

A Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as Entidades (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do imposto de renda devido em ações culturais.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Fumcad**

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do imposto de renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (por meio de doações via lei número 8.069/90 do Fumcad). Os recursos são administrados pelos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade civil.

Os recursos gerados por meio deste mecanismo, financiam as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, inserção de jovens ao mundo do trabalho e assessoramento da Entidade.

**Condeca**

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Condeca/SP), criado pela lei estadual no 8.074/92 e regulamentado pelo decreto estadual no 39.059/94, em atendimento às disposições dos artigos 87 e 88 da lei federal no 8.069/90 - ECA, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

**6. Contas a receber**

	2025	2024
Venda de produtos e serviço (a vencer)	3.286	3.436
Venda de produtos e serviço (vencidos)	361	279
<b>Contas a receber</b>	<b>3.647</b>	<b>3.715</b>
(-) Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) (i)	(182)	(160)
<b>Total geral (líquido de provisão)</b>	<b>3.465</b>	<b>3.555</b>

**(i) Composição da carteira por idade de vencimento**

	2025	2024
<b>A vencer</b>	<b>3.265</b>	<b>3.436</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos de até 30 dias	134	102
Vencidos de 31 a 60 dias	59	17
Vencidos de 61 a 90 dias	7	-
Vencidos de 91 a 180 dias (i)	-	4
Vencidos acima de 180 dias (i)	182	156
<b>Total dos vencidos</b>	<b>382</b>	<b>279</b>
<b>Total</b>	<b>3.647</b>	<b>3.715</b>

(i) Valores de títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, conforme políticas de recuperação de crédito interno, são provisionados como provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**Movimentação da PECLD**

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(142)</b>
Constituição	61
Reversão	(79)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(160)</b>
Constituição	35
Reversão	(57)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(182)</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Outras contas a receber

	2025	2024
Nota fiscal paulista a receber (i)	1.495	1.103
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	470	459
Adiantamentos (iii)	562	326
Outras contas a receber	512	128
<b>Total</b>	<b>3.039</b>	<b>2.016</b>

(i) De acordo com os termos da Lei nº 12.685/2007 programa de estímulo à cidadania fiscal do estado de São Paulo, as entidades de assistência social podem se beneficiar no programa da nota fiscal paulista, recebendo notas e cupons fiscais sem a identificação do CPF do consumidor e cadastrá-las no sistema da nota fiscal paulista com seu CNPJ, assim como participar dos sorteios realizados mensalmente pelo programa. Quando os valores são liberados são reconhecidos no resultado do exercício como receita em contrapartida ao grupo de outras contas a receber, e transferidos para caixa e equivalentes de caixa quando os valores são resgatados no site do programa da nota fiscal paulista diretamente para a conta corrente da Entidade. Vide Nota Explicativa nº 16.

(ii) Adiantamentos vinculados aos projetos incentivados em execução no período (Pagamento de salários e encargos devidamente ressarcido no mês subsequente).

(iii) Demais adiantamentos realizados para fornecedores, para manutenção das atividades do dia-dia.

### 8. Precatório

A Entidade impetrou mandado de segurança em julho de 1992 na 9ª vara da fazenda pública da comarca da capital de São Paulo, contra o delegado regional tributário da grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de Natal, argumentando ser reconhecida como Entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 9 de novembro de 1998 determinou à fazenda do Estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório. O montante de R\$ 160, apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2024 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento (R\$ 160 em 2024).

### 9. Imobilizado

	2025	2024
Terrenos	135	135
Computadores e periféricos	198	156
Instalações	1.309	1.028
Móveis e utensílios	263	251
Veículos	248	370
Máquinas e equipamentos	443	251
Edifícios	723	747
Reformas em andamento	13	83
<b>Total</b>	<b>3.332</b>	<b>3.021</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2025 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Terrenos	135	-	-	-	135
Computadores e periféricos	156	86	-	(44)	198
Instalações	1.028	26	427	(172)	1.309
Móveis e utensílios	251	52	-	(40)	263
Veículos	370	-	-	(122)	248
Máquinas e equipamentos	251	249	-	(57)	443
Edifícios	747	-	-	(24)	723
Reformas em andamento	83	357	(427)	-	13
<b>Total</b>	<b>3.021</b>	<b>770</b>	<b>-</b>	<b>(459)</b>	<b>3.332</b>

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Terrenos	135	-	-	-	135
Computadores e periféricos	18	114	43	(19)	156
Instalações	979	3	194	(148)	1.028
Móveis e utensílios	250	41	-	(40)	251
Veículos	491	-	-	(121)	370
Máquinas e equipamentos	257	89	(43)	(52)	251
Edifícios	773	-	-	(26)	747
Reformas em andamento	-	277	(194)	-	83
<b>Total</b>	<b>2.903</b>	<b>524</b>	<b>-</b>	<b>(406)</b>	<b>3.021</b>

**10. Intangível**

	2025	2024
13Softwares	194	102
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>102</b>

A movimentação do ativo intangível ocorrida no ano de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Softwares	102	92	-	-	194
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>92</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>194</b>

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2024
Softwares	8	97	-	(3)	102
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>97</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>102</b>

**11. Fornecedores**

	2025	2024
Fornecedores	623	518
<b>Total</b>	<b>623</b>	<b>518</b>

Trata-se de bens e serviços adquiridos ou contratados com vencimento de curto prazo que viabilizam a execução das atividades operacionais da Entidade.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Folha de pagamento e encargos	333	270
Provisão de férias	1.101	900
<b>Total</b>	<b>1.434</b>	<b>1.170</b>

## 13. Patrimônio líquido

O patrimônio social na data-base é de R\$ 10.816 (R\$ 9.891 em 2024) representa a dotação inicial desde a criação da Entidade, acrescida das movimentação dos superávits e déficits de exercícios anteriores, incorporados ao patrimônio social.

O superávit do exercício R\$ 1.924 (superávit R\$ 925 em 2024) será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da assembleia geral dos associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 (RI). Os superávits da entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº 1.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da entidade, nos termos e condições previstos em seu estatuto social, artigo nº 27, em caso de dissolução ou extinção da Entidade, o patrimônio remanescente será destinado a entidades públicas ou de assistência social congênera certificada conforme os termos da lei complementar nº 187/2021, que tenham preferencialmente a mesma finalidade institucional.

## 14. Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

### Contingências classificadas com risco de perda provável

Com base nessas avaliações, não existem, na data-base, contingências classificadas como de perda provável, razão pela qual não foi constituída provisão para contingências nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

### Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Administração continuará acompanhando a evolução dos processos em andamento e procederá ao reconhecimento ou à divulgação de contingências, quando aplicável, de acordo com o regime de competência e com os critérios de probabilidade previstos nas normas contábeis vigentes.

## 15. Receitas operacionais - Subvenções e convênios - com restrições

	2025	2024
Crê-ser em rede - CONDECA	1.258	-
Criança protegida - FUMCAD	1.098	-
Crê-ser em rede - CONDECA	916	342
Trabalho em ação - FUMCAD	666	1.444
Despertando vocações- FUMCAD	502	-
Trabalho em ação - CONDECA	312	-
#Mundo do trabalho - FUMCAD	-	124
PDI Crê-ser - FUMCAD	-	350
Vocação cultural - Pronac 230497	-	978
<b>Total</b>	<b>4.752</b>	<b>3.238</b>

Vide Notas Explicativas nº 5 e nº 19a.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Receitas institucionais – sem restrições**

	2025	2024
Programa nota fiscal paulista (i)	3.526	3.355
Doação de pessoa física e jurídica (ii)	2.920	2.949
Bazar solidário (iii)	1.081	1.007
<b>Total</b>	<b>7.527</b>	<b>7.311</b>

(i) Programa nota fiscal paulista - Refere-se às receitas provenientes de créditos decorrentes do Programa Nota Fiscal Paulista, oriundos da doação de documentos fiscais por terceiros, bem como de ganhos eventuais em sorteios promovidos pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

As receitas são reconhecidas contabilmente quando os créditos se tornam disponíveis para utilização no sistema do programa, momento em que a Entidade passa a deter o direito de uso, transferência ou solicitação de depósito, independentemente do efetivo crédito em conta corrente. Os valores ainda não liberados financeiramente permanecem registrados como contas a receber no ativo circulante (vide Nota Explicativa nº7).

(ii) Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas – São destinadas a manutenção das atividades, as doações possuem caráter institucional sem qualquer tipo de restrição. Em razão da impossibilidade de mensuração confiável por competência, tais doações são reconhecidas contabilmente no resultado quando do efetivo ingresso dos recursos em conta corrente, em conformidade com a ITG 2002 (R1).

(iii) Vendas bazar solidário - Criado em setembro de 2022, o bazar solidário é um negócio de impacto social. Suas receitas provêm de doações de comercialização de roupas, móveis e outros bens recebidos em doação, ampliando o acesso da população de baixa renda a produtos a preços acessíveis.

A integralidade do resultado obtido com as vendas é reinvestida nos programas e projetos institucionais, sendo tais receitas classificadas como institucionais sem restrição.

**17. Receita com aprendizagem e estágio – sem restrições**

	2025	2024
Receitas com aprendizagem e estágio (i)	12.386	6.866
<b>Total</b>	<b>12.386</b>	<b>6.866</b>

(i) A Entidade desenvolve o programa de aprendizagem voltado para a inserção de jovens, em situação de vulnerabilidade social, no mercado de trabalho promovendo junto as empresas a lei da aprendizagem nº 10.097/2000, respeitando ainda as diretrizes da resolução CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) nº 33/2011 que define a promoção da integração no campo da assistência social.

Os valores registrados nesta rubrica correspondem às contribuições recebidas das empresas parceiras para custeio da formação teórica, acompanhamento socioeducativo e gestão dos programas de aprendizagem e estágio ministrados pela Entidade. Tais receitas são classificadas como operacionais sem restrição, uma vez que não possuem destinação específica vinculada a projetos incentivados, e são reconhecidas no resultado de acordo com a efetiva prestação dos serviços, conforme o regime de competência.

**18. Venda de brindes corporativos e custos com geração de recursos –****Sem restrição****Receita com venda de brindes – corporativos**

	2025	2024
Receita bruta na venda de brinde corporativo	10.905	12.005
Deduções da receita bruta	(19)	(20)
<b>Total da receita</b>	<b>10.886</b>	<b>11.985</b>

Previsto em seu Estatuto - artigo nº 34 a Entidade promove a comercialização e revenda de brindes promocionais como: cartões de Natal e brindes, junto a Empresas privadas, para geração de renda própria e custeio da atividade fim.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Custos e despesas dos brindes vendidos****a) Custo dos brindes vendidos**

	2025	2024
Personalização de brindes	(133)	(127)
Matéria-prima	(101)	(122)
Custo de aquisição dos brindes para revenda	(5.825)	(6.525)
<b>Total</b>	<b>(6.059)</b>	<b>(6.774)</b>

**b) Despesas com brinde do bem**

	2025	2024
Pessoal	(2.125)	(2.096)
Distribuição e logística	(307)	(436)
Comunicação	(526)	(470)
Representantes	(8)	(4)
Despesas administrativas	(311)	(295)
<b>Total</b>	<b>(3.277)</b>	<b>(3.301)</b>

<b>Total dos custos e despesas dos brindes vendidos</b>	<b>(9.336)</b>	<b>(10.075)</b>
---	----------------	-----------------

<b>Resultado líquido gerados pela venda de brindes</b>	<b>1.550</b>	<b>1.910</b>
--	--------------	--------------

**c) Despesas com nota fiscal paulista**

	2025	2024
Pessoal	(1.113)	(1.026)
Serviços tomados	(204)	(235)
Logística	(113)	(90)
Outras despesas operacionais	(140)	(138)
<b>Total</b>	<b>(1.570)</b>	<b>(1.489)</b>

**d) Custo do bazar solidário**

	2025	2024
Pessoal	(253)	(273)
Despesas operacionais	(141)	(336)
Custo com bazar solidário	(349)	(104)
<b>Total</b>	<b>(743)</b>	<b>(713)</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**19. Custos e despesas operacionais****a) Despesa com assistência social - com restrições****Atividades sociais 2025**

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho	Assessoramento	Total
	Crê - Ser - Icarai e Cidade Júlia Atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação para o trabalho / Mentoria Programa para adolescentes de 15 a 18 anos	Crê - Ser Organizações Parceira Assessoramento Adm. financeiro	
Pessoal	(1.465)	(1.540)	(310)	(3.315)
Despesas operacionais	(856)	(346)	-	(1.202)
Despesas administrativas	(35)	(8)	(192)	(235)
<b>Total com restrição</b>	<b>(2.356)</b>	<b>(1.894)</b>	<b>(502)</b>	<b>(4.752)</b>

**Atividades sociais 2024**

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho	Assessoramento	Total
	Crê - Ser - Icarai e Cidade Júlia Atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação para o trabalho / Mentoria Programa para adolescentes de 15 a 18 anos	Crê - Ser Organizações Parceira Assessoramento Adm. financeiro	
Pessoal	(881)	(1.358)	(267)	(2.506)
Despesas operacionais	(419)	(200)	-	(619)
Despesas administrativas	(20)	(10)	(83)	(113)
<b>Total com restrição</b>	<b>(1.320)</b>	<b>(1.568)</b>	<b>(350)</b>	<b>(3.238)</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Despesas com assistência social – sem restrições****Atividades sociais 2025**

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total Assistência Social	Total Despesas administrativas
	Crê - Ser - Icarai e Cidade Júlia Atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação para o trabalho/Mentoria Programa para adolescentes de 15 a 18 anos	Programa aprendiz e estágio Programa de Sôcio Aprendizagem e estágio	Crê - Ser - Organizações parceiras Assessoramento Adm. financeiro	Programa de desenvolvimento integral Assessoramento técnico e político		
Pessoal	(430)	(388)	(9.544)	(142)	(35)	(10.539)	(1.329)
Despesas operacionais	(353)	(163)	(1.720)	-	-	(2.236)	(673)
Assessoria financeira (a)	-	-	-	(88)	-	(88)	-
Despesas administrativas	(81)	(45)	(96)	(16)	-	(238)	(263)
<b>Total sem restrição</b>	<b>(864)</b>	<b>(596)</b>	<b>(11.360)</b>	<b>(246)</b>	<b>(35)</b>	<b>(13.101)</b>	<b>(2.265)</b>

**Atividades sociais 2024**

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total Assistência Social	Total Despesas administrativas
	Crê - Ser - Icarai e Cidade Júlia Atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação para o trabalho/Mentoria Programa para adolescentes de 15 a 18 anos	Programa aprendiz e estágio Programa de sôcio aprendizagem e estágio	Crê - Ser - Organizações parceiras Assessoramento Adm. financeiro	Programa de desenvolvimento integral Assessoramento técnico e político		
Pessoal	(821)	(908)	(5.023)	(244)	(81)	(7.077)	(1.199)
Despesas operacionais	(348)	(96)	(1.477)	-	-	(1.921)	(609)
Assessoria financeira (i)	-	-	-	(88)	-	(88)	-
Despesas administrativas	(50)	(28)	(57)	(5)	-	(140)	(234)
<b>Total sem restrição</b>	<b>(1.219)</b>	<b>(1.032)</b>	<b>(6.557)</b>	<b>(337)</b>	<b>(81)</b>	<b>(9.226)</b>	<b>(2.042)</b>

(i) Repasses financeiros permanentes e planejados às Organizações parceiras, custeando recursos humanos, material pedagógico, alimentação, ajuda de custo para transporte. etc.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Despesa total com assistência social****Atividades sociais 2025**

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total Assistência social	Total Despesas administrativas		
	Crê - Ser - Icarai e Cidade Júlia	Atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação para o trabalho/Mentoria	Programa para adolescentes de 15 a 18 anos	Programa aprendiz e estágio	Programa de sócio aprendizagem e estágio			Crê - Ser - Organizações parceiras	Programa de desenvolvimento integral
									Assessoramento Adm. financeiro	Assessoramento técnico e político
Pessoal	(1.895)	(1.928)	(1.928)	(1.928)	(9.544)	(9.544)	(452)	(35)	(13.854)	(1.329)
Despesas operacionais	(1.209)	(509)	(509)	(509)	(1.720)	(1.720)	-	-	(3.438)	(673)
Assessoria financeira (i)	-	-	-	-	-	-	(88)	-	(88)	-
Despesas administrativas	(116)	(53)	(53)	(53)	(96)	(96)	(208)	-	(473)	(263)
<b>Total</b>	<b>(3.220)</b>	<b>(2.490)</b>	<b>(2.490)</b>	<b>(2.490)</b>	<b>(11.360)</b>	<b>(11.360)</b>	<b>(748)</b>	<b>(35)</b>	<b>(17.853)</b>	<b>(2.265)</b>

**Atividades sociais 2024**

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total Assistência social	Total Despesas administrativas		
	Crê - Ser - Icarai e Cidade Júlia	Atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação para o trabalho/Mentoria	Programa para adolescentes de 15 a 18 anos	Programa aprendiz e estágio	Programa de sócio aprendizagem e estágio			Crê - Ser - Organizações parceiras	Programa de desenvolvimento integral
									Assessoramento Adm. financeiro	Assessoramento técnico e político
Pessoal	(1.702)	(1.702)	(2.266)	(2.266)	(5.023)	(5.023)	(511)	(81)	(9.583)	(1.199)
Despesas operacionais	(767)	(767)	(296)	(296)	(1.477)	(1.477)	-	-	(2.540)	(609)
Assessoria financeira (i)	-	-	-	-	-	-	(158)	-	(158)	-
Despesas administrativas	(70)	(70)	(38)	(38)	(57)	(57)	(18)	-	(183)	(234)
<b>Total</b>	<b>(2.539)</b>	<b>(2.539)</b>	<b>(2.600)</b>	<b>(2.600)</b>	<b>(6.557)</b>	<b>(6.557)</b>	<b>(687)</b>	<b>(81)</b>	<b>(12.464)</b>	<b>(2.042)</b>

(i) Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Despesas com mobilização de recursos

	2025	2024
Despesas com pessoal	(1.159)	(986)
Despesas com marketing e eventos	(723)	(579)
<b>Total</b>	<b>(1.882)</b>	<b>(1.565)</b>

## 20. Certificado de entidade beneficente de assistência social

A Entidade atua no terceiro setor no segmento de assistência social, Entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social (CEBAS). De acordo com a Lei Complementar nº 187/2021, Decreto 8.242/2014 e Resolução 33/12 do CNAS a certificação da entidade permanece válida até 31 de dezembro de 2024 em conformidade a portaria nº 49 de 9 de maio de 2022. A Entidade cumpriu o requisito de apresentar tempestivamente seu pedido de renovação conforme protocolo nº 30879611222013/2024 em 16 de outubro de 2024, sendo o certificado atual, válido até a decisão final sobre o pedido de renovação.

Historicamente, a Entidade tem obtido êxito na renovação do CEBAS, contudo em caso de indeferimento do protocolo supracitado, os tributos objeto da imunidade tributária serão devidos a partir da decisão terminativa do processo administrativo, na forma do artigo 14, §1º, II do Decreto nº 11.791/23, assim a cobrança tributária não retroage a data do pedido de renovação do CEBAS.

## 21. Gratuidades concedidas e trabalho voluntário

### a) Voluntário

Em atendimento ao disposto na ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconhece contabilmente os trabalhos voluntários prestados por colaboradores não remunerados, incluindo profissionais que atuam em atividades técnicas, pedagógicas e institucionais, bem como a atuação voluntária dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos de governança, ainda que não haja qualquer desembolso financeiro, de forma a refletir adequadamente o custo econômico dos serviços recebidos.

Os valores correspondentes aos trabalhos voluntários foram mensurados com base no valor justo dos serviços prestados, utilizando-se referências de mercado compatíveis com a natureza, complexidade e responsabilidade das atividades desempenhadas, em consonância com as diretrizes da ITG 2002 (R1). Esses valores foram reconhecidos simultaneamente como receita e como despesa, no mesmo montante, sem efeito no resultado do exercício, em observância às práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

	2025	2024
Conselho voluntário (i)	(45)	(50)
<b>Total</b>	<b>(45)</b>	<b>(50)</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2025 a entidade estimou o montante de R\$ 45 (R\$ 50 em 2024) referente a trabalho voluntario dos conselhos (administração e fiscal).

O reconhecimento contábil dos trabalhos voluntários tem como objetivo assegurar maior transparência e fidedignidade às demonstrações contábeis, evidenciando a contribuição relevante de serviços não remunerados para a sustentabilidade e o desenvolvimento das atividades institucionais da Vocaçao, não caracterizando, em qualquer hipótese, remuneração, vantagem financeira ou benefício indireto aos voluntários ou aos membros dos órgãos de governança.

### b) Gratuidades recebidas

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de produtos e serviços.

A administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei Complementar nº 187/2021 A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao conselho municipal de assistência social.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gratuidade é concedida observando-se as determinações e obedecendo aos limites mínimos, conforme artigo. 4º inciso ii da seção i da saúde e pelo artigo 13º §1º inciso iii “a” e “b” da seção ii da educação, e pelo artigo 18º §1º e §2º da seção iii da assistência social. Conforme demonstrativo a seguir: as quantidades em volume de atendimento, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Números (em quantidades) de atendimentos em 2025 e 2024:

**Atendimentos/Assessoramento 2025**

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento (alcance)					
	Crê - Ser - Icarai e Cidade Júlia	Preparação para o trabalho/Mentoria	Programa aprendiz e estágio	Crê - Ser - Organizações parceiras		Programa de desenvolvimento integral			
				Atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de sócio aprendizagem e estágio	Total	Assessoramento	Assessoramento técnico e político
	atendimento	Adm. financeiro							
Profissionais						-	647		647
Crianças e Adolescentes	270	2.259	11.477	14.006		-	13.587		13.587
Famílias	211	1.074	2.703	3.987	1.056		9.783		10.839
OSCs e serviços	-	-	-	-		20	42		62

**Atendimentos/Assessoramento 2024**

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento (alcance)					
	Crê - Ser - Icarai e Cidade Júlia	Preparação para o trabalho/Mentoria	Programa aprendiz e estágio	Crê - Ser - Organizações parceiras		Programa de desenvolvimento integral			
				Atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de sócio aprendizagem e estágio	Total	Assessoramento	Assessoramento técnico e político
	atendimento	Adm. financeiro							
Profissionais	-	-	-	-		60	825		885
Crianças e Adolescentes	293	1.732	10.650	12.675	1.320		16.500		17.820
Famílias	234	920	2.316	3.470	1.055		12.375		13.430
OSCs e serviços						20	114		134

## 22. Remuneração da administração

O estatuto social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos organismos da entidade, exceção feita à remuneração do Diretor Geral Executivo. A entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente nos projetos sociais e à manutenção de suas atividades.

## 23. Imunidade (isenção) usufruída e renúncia fiscal

### a) Imunidade (isenção) usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 de 1991, em sua redação primitiva.

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

### b) Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (RI) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, a entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias.

## 24. Transações sem efeito caixa

Durante os exercícios a Entidade realizou determinadas transações que, não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa, conforme a seguir:

	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Imobilizado recebido em doação	246	-
<b>Atividades de investimento</b>		
Imobilizado recebido em doação	(246)	-

\* \* \*

Josmael Castanho da Silva  
Diretor Geral

Celia Regina Arruda  
Contadora  
CRC 1SP173663-09

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 27 Abril 2026, 11:34:07

**Status:** Assinado

**Documento:** 264N6-040-PB Vocação (EF).Pdf

**Número:** c0bce2e3-1af0-4aa4-bf04-9e521c33b70f



**Data da criação:** 27 Abril 2026, 10:02:27

**Hash do documento original (SHA256):** 64913193612cb6c89a5fa9a29a060474beab5d1ab4c27a83124f8e66619f9f23



## Assinaturas

2 de 2 Assinaturas

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p><b>JOSMAEL CASTANHO DA SILVA</b> Data e hora da assinatura: 27/04/2026 10:23:32 Token: 0afbbdb1-456b-44f4-800e-d1775a92bef4</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Josmael Castanho Da Silva</i> Josmael Castanho da Silva</p>
<p><b>Pontos de autenticação:</b> Telefone: 5511976054325 E-mail: castanho@vocacao.org.br Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>Localização aproximada: -23.643038, -46.735887 IP: 187.90.208.85 Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 18_7 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/26.3 Mobile/15E148 Safari/604.1</p>
<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p><b>CELIA REGINA ARRUA</b> Data e hora da assinatura: 27/04/2026 11:34:06 Token: e776724c-b0eb-438a-b1d5-997b295a2776</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Celia Regina Arrua</i> Celia Regina Arrua</p>
<p><b>Pontos de autenticação:</b> Telefone: 5511914871248 E-mail: celia.ferreira@contabilquantum.com.br</p>	<p>Localização aproximada: -23.505900, -46.663900 IP: 201.6.104.102 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/147.0.0.0 Safari/537.36 Edg/147.0.0.0</p>

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número c0bce2e3-1af0-4aa4-bf04-9e521c33b70f, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)